



## **Moção de Repúdio**

### **DEPUTADO JAILSON LIMA (PT) MENTE, É ANTIÉTICO E PROMOVE SENSACIONALISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE SANTA CATARINA**

As diretorias do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Sindalesc) e da Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa (Afalesc) manifestam **Moção de Repúdio** contra o deputado estadual Jailson Lima (PT), pela falta de conduta ética ao realizar declarações imorais na imprensa catarinense e proferir ofensas aos servidores do Poder Legislativo na tribuna do Plenário, ao questionar os valores do adicional de insalubridade pagos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O deputado Jailson Lima vem promovendo uma campanha ofensiva contra os servidores da Alesc, distorcendo fatos com o intuito de se promover politicamente. Na contramão da verdade, o parlamentar parece não estar afinado com a administração da Casa, da qual ele faz parte, pois a mesma já autorizou a realização de perícia nos setores de trabalho da Alesc para corrigir os desvios que por ventura possam existir.

Tanto o Sindalesc quanto a Afalesc já se manifestaram a favor dessa perícia, e o deputado sabe disso. A Mesa da Alesc, inclusive, ao aprovar a realização da perícia, determinou a formação de uma comissão de trabalho a ser constituída por peritos da Secretaria de Administração do Estado, por um representante da Coordenadoria de Saúde da Casa e ainda com participação de um representante do Sindicato e outro da Associação, para acompanharem todos os levantamentos periciais, com o objetivo de se verificar as condições insalubres nos setores de trabalho da Assembleia Legislativa.

**O deputado MENTE quando afirma na imprensa que os servidores e até parlamentares fazem resistência em relação ao assunto e que o adicional de insalubridade, no Poder Legislativo, é entendido como um prêmio a ser recebido na Alesc.**

Os servidores do Poder Legislativo, assim como as diretorias do Sindalec e da Afalesc, são favoráveis a realização da perícia, desde que os estudos sejam realizados por um órgão oficial do governo do Estado, como já foi solicitado à Mesa. Mas o deputado Jailson Lima é contra os peritos da Secretaria da Administração e deseja que o laudo pericial seja emitido pela iniciativa privada.

Em reunião realizada com os dirigentes do Sindalec e da Afalesc, o deputado declarou que não iria aceitar os estudos realizados pelos peritos oficiais por serem “incompetentes”. No seu falso discurso de transparência e moralidade administrativa, depois de desqualificar um órgão do Estado, o parlamentar declarou em alto e bom tom aos diretores do Sindicato e da Associação que possui amigos e que desejaria que a perícia fosse elaborada pelas empresas de seus companheiros de trabalho. **UMA INTERFERÊNCIA DIRETA DA INICIATIVA PRIVADA E DOS AMIGOS DO REI NO SERVIÇO PÚBLICO!**

A falta de ética do deputado vai muito mais além da sua intransigência. A própria bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja história no Parlamento Catarinense foi marcada pela passagem de deputados oriundos das minas de carvão, advogados militantes no direito trabalhista, agricultores e professores que sempre estabeleceram um diálogo democrático com os servidores da Casa, assim como o Sindalec e a Afalesc, não corrobora com as declarações do deputado e considera seus pronunciamentos como um ato isolado.

Ao chamar os servidores do Poder Legislativo de “**Vadios**”, o parlamentar faltou com respeito e ética, ofendendo, ainda, os demais integrantes que compõem a Mesa da Alesc, na qual ele faz parte como 2º vice-presidente. Além de contrariar as decisões que estão sendo realizadas sobre o levantamento pericial, o deputado desqualifica as ações da Mesa e mente na imprensa, ao se aproveitar de uma situação para tentar criar um fato político. Afinal, 2010 é ano eleitoral.

De forma discriminatória, o deputado Jailson Lima ataca os servidores do Poder Legislativo, sem avaliar o tempo de serviço ou quais as condições de trabalho a que os mesmos estão submetidos. O deputado contesta salários e os valores pagos pelo adicional de insalubridade e considera tudo isso uma “insanidade trabalhista”, sem levar em conta que a média de tempo de serviço de um servidor efetivo da Alesc oscila entre mais de 20 e 40 anos de trabalho, uma vez que, diante da falta de concurso público a Assembleia Legislativa não promove certame para todos os quadros da administração há mais de 26 anos.

**Por que o deputado não combate a terceirização dos serviços na Assembleia Legislativa, haja vista que seu partido defende o fortalecimento do Estado e do serviço público no País?**

O deputado exige a realização de uma perícia no Poder Legislativo e ainda defende a suspensão imediata do adicional de insalubridade, atropelando as ações que vem sendo realizadas pela Mesa da Casa. A sua promoção pessoal na mídia está acima de qualquer luta em defesa dos trabalhadores, uma vez que o deputado não quer saber de conversa nem mesmo com seus pares.

O parlamentar ainda interfere na independência dos Poderes ao defender a aplicação de uma lei oriunda do Poder Executivo no Parlamento. Ele mente perante a opinião pública ao declarar que os servidores da Assembleia Legislativa, após três anos percebendo insalubridade, estão incorporando o adicional em seus vencimentos, uma situação impossível, pois desde 1991 (governo Wilson Kleinunbing) os servidores estaduais não têm mais possibilidades de incorporarem gratificações.

**Adicional de Insalubridade é um direito do trabalhador. Mas o auxílio-moradia que o deputado Jailson Lima recebe é legal, porém imoral.**

Diante das declarações do deputado, de que no serviço público brasileiro existe a “cultura da locupletação”, promovida pelos legisladores, cabe ao parlamentar dar explicações à sociedade sobre sua atuação no Poder Legislativo Catarinense, pois a manutenção de seu gabinete e suas atividades parlamentares são pagas com dinheiro público.

O deputado tem 23 assessores à sua disposição. Onde estão estes funcionários? Que tipo de serviços eles estão prestando na Alesc? Exercem outras atividades profissionais? A sociedade precisa saber, pois os funcionários do deputado Jailson Lima estão sendo pagos com dinheiro

público. Eles devem trabalhar para o povo e não fazer politicagem para o parlamentar.

O Sindalesc e a Afalesc também exigem a prestação de contas referentes às atividades de gabinete, incluindo declaração dos pedidos de diárias de viagem do parlamentar e seus assessores e os seus respectivos valores; quais as finalidades desses deslocamentos, inclusive com a apresentação de notas fiscais à sociedade.

Que o parlamentar indique as instituições que receberam subvenção social, tanto da Alesc como do Governo do Estado, por sua indicação, desde o início de seu mandato.

Se o auxílio-moradia que é percebido pelo deputado, mensalmente, no valor de R\$2.250,00, é legal, porém imoral, porque o deputado Jailson Lima, que é defensor da moralidade pública, não abre mão do benefício?

Se o deputado Jailson Lima defende a transparência administrativa deve prestar contas de suas atividades políticas à sociedade. No caso de não fazer, o Sindicato encaminhará solicitação ao Ministério Público (MP/SC) para que as contas de seu gabinete sejam declaradas e encaminhadas às entidades que subscrevem esta Moção de Repúdio.

O Sindalesc e a Afalesc são entidades representativas dos servidores do Poder Legislativo Catarinense. Defendemos o fortalecimento de todas as categorias do serviço público estadual e apoiamos às lutas dos movimentos sociais e sindicais, participando e integrando todas as mobilizações da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Por este motivo, repudiamos qualquer afronta aos servidores públicos e não vamos permitir que um parlamentar que não respeita as condutas de ética e moral ofenda nossa categoria, em detrimento de seus devaneios políticos e suas ações sensacionalistas na imprensa para enganar a opinião pública.

As diretorias.